

PORTUGAL E BRASIL: PASSADO E FUTURO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

JOSÉ JOBSON ARRUDA^(*)

"Propoimos, portanto, a criação de uma autêntica Comunidade Luso-Brasileira, e, se possível, de uma futura Comunidade Luso-Afro-Brasileira. Nela todas as partes se encontrariam na mais genuína individualidade lingüística e civilizacional. É esta a condição para que Portugal volte a ser ele próprio".

*Joaquim Barradas de Carvalho, Rumo de Portugal.
A Europa ou o Atlântico?*

A inserção de Portugal na nova ordem internacional pressupõe a sagacidade da nação portuguesa, através de suas lideranças políticas, culturais, científicas e econômicas, de se mobilizar na confluência de três vértices essenciais, que definem os parâmetros do novo tempo: a *globalização*, a *regionalização* e a preservação de sua *identidade*, ancorada na rica trajetória histórica, herança cultural de porte elevado que envolve, necessariamente, o chamamento ao passado. Nesse passo, as relações seculares envolvendo Portugal, a América, a África e, em menor escala a Ásia, tornam-se elementos fulcrais do circunstanciamento histórico. Circunstanciamento este que, o Engenheiro António Guterres, Primeiro Ministro de Portugal, bem sintetizou na invocação "aos nossos maiores e aquilo que deles herdamos".⁽¹⁾

Em países de elevada densidade histórica, passado, presente e futuro se interpenetram, numa cadeia singular de temporalidades na qual os elos finos da corrente do tempo se encadeiam, premonitoriamente anunciando o futuro no passado. Como romper liames atávicos de mútua convivência histórica, expressa em elos tão apertados, quanto aqueles que enlaçam Portugal e Brasil? O passado fala ao futuro, diz do porvir. Será que a

(*) Professor Titular de História Moderna da Universidade de São Paulo. Coordenador da Cátedra Jaime Cortesão do Instituto de Estudos Avançados da USP.

(1) Epígrafe da I Jornadas de Relações Internacionais, António Guterres, Primeiro Ministro de Portugal, Porto, 1998.

busca necessária de integração de Portugal no bloco europeu significa, inexoravelmente, pôr-se de costas para o Brasil? Será que parte substantiva daquilo que Portugal é, naquilo que ele foi, não envolve, incontornavelmente, a inclusão do Brasil?

Reversamente, como a ex-colônia, hoje a 8ª economia industrial do mundo capitalista, com 155 milhões português-falantes, cerca de 75% da comunidade lusófona, qualificado por todos os parâmetros como nação emergente, poderá furtar-se a uma inserção em blocos regionais como o Mercosul, à exemplo de Portugal na *União Européia*. Se não, o espaço de sua afirmação identitária, escapulindo aos ditames impostos pela homogeneização globalizadora, não passaria pela grande ponte transoceânica simbolizada pelos laços que a unem a Portugal, pavimentando o caminho para o reforço mútuo das especificidades históricas e a conseqüente ampliação da capacidade de resistência ao império escatológico das forças hegemônicas?

Afinal, se as três caravelas cabralinas consumiram 44 dias na travessia que as conduziu ao Brasil, hoje, nas malhas virtuais da telecomunicação, ela se realizaria em segundos. Por que caminhos, sem travar a batalha inglória do enfrentamento com a globalização, sem abdicar da inclusão nos blocos de defesa regional, mas alicerçados na experiência histórica e cultural comuns, mobilizando suas especificidades sócio-ambientais, Portugal e Brasil poderiam repor suas presenças históricas na era da globalização e reescalonar o patamar concreto de sua reaproximação, condição primeva, do relançamento de suas afinidades eletivas para o próximo milênio?

Uma reflexão competente sobre todos estes questionamentos extrapolaria, por certo, os limites concisos impostos à natureza deste texto. Nestes termos, enfrentamos a problemática da globalização/regionalização/identidade, com vistas exclusivamente ao delineamento dos pontos considerados cruciais para o reforço da comunidade solidária, que se antevê para Portugal e Brasil.

Nada como o movimento da história para fazer, desfazer, refazer teorias. As concepções de Marx sobre o capitalismo imperaram sobre grande parte do curto século XX, aceitas ou repudiadas, constituíam um paradigma necessário. O colapso da União Soviética, o varrimento do regime comunista dos países do leste europeu, praticamente sepultou o marxismo como instrumental de análise, dando voz à contracorrente do relativismo abissal. Mas, em tempos de globalização, a natureza da transformação capitalista que lhe é inerente, o perfil das crises que a emblematizam, os velhos textos renascem e, redivivos, traduzem a essência do seu significado: "Ao invés das necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países".⁽²⁾

(2) MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich, "Burgueses e Proletários" (Manifesto do Partido Comunista, 1848). in: Marx Engels, Florestan FERNANDES (org.) Trad. Port., São Paulo, Editora Ática, 1983, p. 366.

A frase é lapidar hoje, como o foi em 1848, demonstração cabal de que a essência do sistema não mudou, da mesma forma que não se alterou a formulação clássica de sua tradução. Delineia-se uma nova fase do capitalismo, na esteira das já cumpridas, capitalismo comercial, industrial, bancário e, efetivamente, o novo momento que se pode, preliminarmente, definir como *financeiro*. Aqui a expressão cabe toda, na sua inteireza, exprimindo em síntese as transformações radicais que o sistema vivencia a partir dos anos 80. O qualificativo diferencial deste *financeiro* está na equação *velocidade das informações*, pressuposto este intrínseco à natureza do capitalismo e que não escapou ao velho Marx: "Ao mesmo tempo o capital tende, por um lado, ... a conquistar a terra inteira como um mercado e, por outro lado, a anular o espaço por meio do tempo, isto é, a reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de um lugar ao outro".⁽³⁾ Premonitório.

A caracterização do fenômeno da globalização passa, *mutatis mutandis*, por um elenco variado de condições históricas e técnicas. Primeiro, a interligação em escala mundial dos mercados físicos e financeiros. Segundo, a formação de blocos econômicos, mercados comuns ou uniões econômicas. Terceiro, a revolução dos computadores, que alavancou a transformação tecnológica expressa na difusão e transmissão de informações, na criação da inteligência artificial e da engenharia genética, vanguarda inquestionável da produção de conhecimento no próximo milênio. Se globalização significa, em síntese, a extensão do capitalismo aos confins do planeta, ela passa, necessariamente, pela extinção das economias planificadas enredadas no sistema soviético.

Não devemos acalentar vãs ilusões quanto aos beneficiários do processo de globalização. John Kenneth Galbraith explicitou o tema ao dizer, numa entrevista, que globalização "Não é um conceito sério. Nós, os americanos, o inventamos para dissimular nossa política de penetração econômica nos outros países, para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre são causa de graves problemas".⁽⁴⁾

Descartando as visões estereotipadas que assumem a globalização como um fenômeno irremediável e quase natural, as adesões acríticas e encomiásticas ou, ainda, o negativismo escatológico que vê no fenômeno o espectro da barbárie, é fundamental entendê-lo "como parte de uma estratégia deliberada de retomada da hegemonia mundial", por parte dos Estados Unidos⁽⁵⁾. Já em 1986, em artigo intitulado *A Retomada da Hegemonia Norte-Americana*, Maria da Conceição Tavares afirmava que os movimentos de desregulação e financeirização então em curso na economia internacional, não era fruto de uma dinâmica independente e espontânea das chateadas forças de mercado. Era, pelo contrário, o resultado de uma

(3) MARX, Karl, "Fundamentos da Crítica da Economia Política", *Fondements de la critique de l'Economie Politique*, Ed. Ébauche de 1857-1858, Trad. Francesa, Paris, Éditions Anthropos, 1968, 2v., passim.

(4) GALBRAITH, John Kenneth, Entrevista, *Il Corriere della Sera*, tradução Roberta Barni, Folha de S. Paulo, abril, 1997.

(5) TAVARES, Maria Conceição, Rumos, 15, novembro de 1997.

ação estratégica bem sucedida, no sentido de promover a recuperação da hegemonia econômica por parte dos Estados Unidos, posta em xeque nos anos 70, no embalo da crise do petróleo, agravada pela competição asiática, especialmente a japonesa.⁽⁶⁾ A liberalização financeira e a dolarização dos mercados mundiais reverteram a liquidez mundial em favor da grande potência americana, expressa nos índices de crescimento que, antes, favoreciam a Europa e a América Latina. Por esta via, o consumo doméstico e os gastos públicos puderam ser expandidos a custa da progressão avassaladora do endividamento interno e externo. As conseqüências, aponta Maria da Conceição Tavares, não foram poucas. A cartografia dos países contemplados pelo crescimento econômico alterou-se. Deslocou-se da Europa, por exemplo, rumo ao Pacífico, especialmente Estados Unidos, Japão e países do Sudeste asiático. As desigualdades internacionais cresceram, o desemprego tomou-se estrutural, assombrando a Europa e países da América Latina. Alastrou-se a pobreza e a exclusão social, até mesmo nos países beneficiados pela globalização.

Se do velho capitalismo se poderia dizer que sabia como produzir as riquezas mas não sabia como distribuí-las equitativamente, nesta nova configuração do capitalismo financeiro os investimentos em ampliação da capacidade produtiva perderam terreno em favor dos investimentos de natureza financeira e patrimonial, realizando fusões e privatizações, intensificando-se a velocidade da circulação do capital especulativo à escalas inauditas. Isso para não falar do escancaramento das portas do sistema financeiro para a legitimação dos recursos provenientes de atividades escusas, senão criminosas, a exemplo do capital originário do narcotráfico, um negócio avaliado em 500 bilhões de dólares por dados da ONU de 1992, superior mesmo ao comércio legal de armas no mundo.

Nova fase do capitalismo aqui significa nova modalidade de acumulação. Nos dizeres de François Chesnais, a crescente infiltração das poupanças nacionais nos circuitos internacionais, a democratização do capital financeiro, "em nada altera suas características econômicas básicas. Trata-se de um capital financeiro puro, que conserva a forma do *capital-moeda* (Marx) e manifesta incontida *preferência pela liquidez* (Keynes). Ele se dedica à valorização de ativos financeiros (sobretudo de letras dos Tesouros Nacionais e de ações). Este capital alimenta-se da riqueza criada na produção, transferidas por meio de circuitos que podem ser diretos (dividendos sobre o lucro de empresas) ou indiretos (juros de obrigações públicas e empréstimos aos Estados) que, por sua vez, representam saque sobre a renda primária circulante no sistema de tributário.⁽⁷⁾

Nesse contexto, as restrições aos grandes conglomerados empresariais desapareceram. Sua invocação transformou-se numa figura de retórica vazia. Os grupos industriais encolheram brutalmente e transformaram o

(6) TAVAVES, Maria Conceição, "A Retomada da Hegemonia Norte-Americana", In: *Poder e Dinheiro — Uma Economia Política da Globalização*, TAVAVES, Maria Conceição e FLORI, José Luis et alii, Editora Vozes, Petrópolis, 1998, publicado pela primeira vez em 1985.

(7) CHESNAIS, François, Especial para o caderno *Globalização*, Folha de S. Paulo, 2/11/97, p.4.

mercado num espaço oligopolizado. A liberalização permitiu às grandes empresas transnacionais venderem seus produtos em todos os mercados, sem limites. Em consequência, uma terça parte do comércio mundial é representado pelas transações entre matrizes e filiais. Outro terço, pelas empresas multinacionais e outras empresas que não são suas subsidiárias. Resta, portanto, apenas um terço do movimento global de trocas para os demais, comprovando-se cabalmente, por esta via, o caráter crescentemente concentrado das trocas em escala internacional que só privilegiam, é óbvio, os grandes países, sedes das corporações mais poderosas. Por esse meio, um grupo reduzido de empresas e bancos dos países centrais impõem suas decisões ao mercado mundial, acelerando-se os processos de incorporações e fusões, responsáveis por empresas monstruosas do ponto de vista de seu potencial econômico e financeiro.

Paradigma indiciário desta nova tendência é a criação do *Citigroup*, produto da fusão do *Citicorp* e do *Travelers*, que resultou na criação da instituição mais poderosa do planeta, com um patrimônio de 700 bilhões de dólares (equivalente a 86% do PIB do Brasil), 100 milhões de clientes espalhados por mais de 100 países e valor da fusão anunciada estipulada em 83 bilhões de dólares. O lucro dos gigantes que se unem ultrapassa a casa dos 6,5 bilhões de dólares anuais. O anúncio desta fusão, sem precedente na história, desencadeou iniciativas semelhantes, assumindo-se o pressuposto de que numa economia globalizada a escala do empreendimento é vital para sua agressividade competitiva e, portanto, sobrevivência. As megafusões dos *BankAmerica* e *NationsBank*, um negócio estimado em 65 bilhões de dólares, segue a onda do maremoto das fusões. Note-se que o setor líder das fusões, havidos até então, tinha sido o das telecomunicações, com a junção da *WorldCom* e a *MCI*, em 1997, com valores anunciados na casa dos 41 bilhões de dólares. O Brasil não fugirá à regra. Ela é inexorável. Aqui já são anunciadas no setor das atividades bancárias e financeiras. Enquanto isso, a *Metal Leve*, tradicional indústria brasileira do setor de autopeças, fundada em 1950, foi vendida e seu controle assumido pela *Mahle*, da Alemanha. É o adeus à busca de um crescimento industrial interno. A reversão de seu processo de industrialização, imposto pela acirrada concorrência decorrente da globalização. Para José Mindlin, um dos fundadores da *Metal Leve*, a venda da empresa foi traumática, pois, "se a empresa não fosse vendida, não adianta se iludir, ficaríamos sozinhos num mundo globalizado".⁽⁸⁾

As megafusões realizadas e aquelas que estão por vir, apontam no sentido da análise aqui desenvolvida, ou seja, a predominância das finanças como forma dominante de acumulação e concentração de riqueza; a hegemonia econômica exercida pelos Estados Unidos no plano mundial, em dimensões jamais vista. O ingurgitamento do setor financeiro sobrelevou o papel do acionista e das bolsas, criando um verdadeiro capitalismo-cassino, nas palavras de Robert Kurz. Para ele, a ciranda das bolsas somente poderá continuar a girar enquanto for capaz de atrair mais e mais

(8) Folha de S. Paulo, 13/6/1996, 2º caderno, p. 1.

liquidez. De onde viriam os recursos que alimentam os mercados acionários? Kurz responde que originam-se "do excedente histórico dos patrimônios monetários do período do milagre econômico nos países ocidentais, após a Segunda Guerra Mundial... São as gerações de 30 a 50 anos, ofuscadas pela alta da bolsa que, como novos herdeiros desse dinheiro, alteraram as formas conservadoras de investimento de seus pais e avós (poupança, títulos públicos etc.), apostando nos mercados especulativo das ações".⁽⁹⁾ As bases fictícias dessa prosperidade são mais do que evidentes. A manutenção de baixas taxas de juros nos países centrais não poderá manter-se por muito tempo, tenderá a elevar-se quando for preciso alavancar dinheiro novo para atender a necessidades do Estado, que passará a atrair recursos outrora destinados ao mercado acionário, pondo a descoberto o enorme volume de créditos podres. Por esta via de raciocínio, Kurz conclui: "É previsível, de resto, onde terá início o inevitável desastre, a saber, nas economias desenvolvidas do leste da Ásia. Quando, a começar por lá, o nível geral das taxas de juros for elevado, ruirá de cima a baixo o castelo de cartas global".⁽¹⁰⁾ Formuladas em setembro de 1997, estas reflexões pré-anunciaram a primeira crise do capitalismo na era da globalização que se iniciaria em outubro, em Hong-Kong, e se difundiria por todo mundo, rebatendo de novo nos mercados asiáticos.

Efeito nocivo da globalização é o agravamento dos desequilíbrios na distribuição da renda gerada mundialmente. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres ainda mais pobres, segundso formulação de Robert Reich, em livro publicado em 1991.⁽¹¹⁾ A redução das tarifas de importação, definidas a partir da *Rodada Uruguai* iniciada em 1986, beneficiou os produtos exportados pelos países ricos, que passaram, além disso, a proteger-se com barreiras sanitárias e medidas antidumping, previstas nas regras estipuladas pela OMC (Organização Mundial de Comércio), instituída em 1995. Os países pobres, por seu turno, tiveram suas exportações agrícolas inviabilizadas pelos altos subsídios ao setor agrícola nos países ricos. Os preços baixos impedem a exportação e, paradoxalmente, abrem os mercados dos países tradicionalmente exportadores de produtos agrícolas para os produtos originários dos países ricos. O conjunto dos países em desenvolvimento tiveram perdas estimadas em 290 bilhões de dólares, entre 1980 e 1991, pois o preço de seus produtos básicos caiu 45%.

Mais perverso ainda é o fato de que a *Rodada Uruguai*, ao mesmo tempo que derrubava as barreiras para a exportação das mercadorias ditas clássicas, precisamente aquelas que os países emergentes se qualificam agora para produzir, introduzia na pauta de negociações uma agenda incluindo áreas novas, muito especialmente o amplíssimo e futuroso setor de serviços, exatamente o setor mais ativo da economia mundial, um dos únicos ainda capaz de gerar empregos, sobretudo se o compararmos às in-

(9) KURZ, Robert, *O Colapso da Modernização*, Editora Paz e Terra, trad. Port., Rio de Janeiro, 1992.

(10) Caderno *Mais*, Folha de S. Paulo, 28.9.97, p. 5.

(11) REICH, Robert, Folha de S. Paulo, 2.11.97.

dustriais tradicionais e à produção agrícola cada vez mais mecanizada. A explosão do setor de serviços explicita-se nos números de 1996, quando o setor tradicional exportou apenas 525 bilhões de dólares em mercadorias, ao passo que o de serviços atingiu a elevada cifra de 1.17 trilhão. Se se consumir a previsão alvitrada para o ano 2000, quando todas as barreiras para a importação de equipamentos, serviços de tecnologia e informática serão extintas, o agravamento dos termos de intercâmbio em desfavor dos países em desenvolvimento será inelutável. Cumpre lembrar que o rótulo setor de serviços recobre um campo vastíssimo que vai das telecomunicações aos transportes marítimos, inclui os serviços financeiros e abrange até mesmo as compras governamentais. Sem sombra de dúvida, o filão mais rico é o da telecomunicações.

O efeito social desse processo é devastador. Se em 1960 os 20% mais ricos ganhavam 30 vezes mais do que os 20% mais pobres em todo o mundo, em 1998 essa diferença passou para 78 vezes. Os números são eloquentes, falam por si. O patrimônio reunido de 447 bilionários em todo o mundo equivale a renda de 2.8 milhões de pessoas, ou seja, 447 indivíduos controlam recursos equivalentes à metade da população mundial. Incrível! Mas o empobrecimento da parcela maior da população mundial não é exclusividade dos habitantes dos países pobres ou emergentes. Calcula-se que entre 50% e 60% da população da nação mais poderosa do planeta, os Estados Unidos tiveram suas rendas diminuídas nos últimos 20 anos.⁽¹²⁾ Os salários reais não cresceram e a aparência de prosperidade nos estratos baixos e médios da sociedade são garantidos pelo endividamento sistemático via cartões de crédito, presumindo-se que somente a classe média deve 1 trilhão de dólares às empresas gestoras de cartões de crédito.

Se a taxa de desemprego é baixa, mantendo-se em torno de 4%, nos Estados Unidos, isto se deve em parte ao manuseio sistemático da estatística que não computa, por exemplo, como desempregados, os 6 milhões de pessoas que estão a procura de emprego pela primeira vez, ao mesmo tempo que considera empregados todos aqueles que possuem apenas um emprego temporário. Imagine-se o quadro das dificuldades nos países em desenvolvimento como o Brasil. Jeremy Rifkin, em seu livro *O Fim dos Empregos*⁽¹³⁾, considera que na era da automação, da revolução tecnológica, da informática e da biotecnologia, as formas usuais de empregabilidade praticamente estão desaparecendo. Empregos serão raros e disputados por uma elite profissional extremamente qualificada e bem paga. As fábricas reais serão substituídas por fábricas virtuais, implicando em altíssimas taxas de desemprego, exigindo decidida intervenção do poder público para redistribuir os ganhos entre os vários segmentos sociais, tarefa esta que o mercado, exclusivamente, será incapaz de desempenhar. O vaticínio é trágico: "Os dias de oferta de empregos em massa para trabalhadores não qualificados ou com pouca qualificação acabaram", enquanto

(12) GREIDER, William, *One World, Ready or Not. The Manic Logic of Global Capitalism*, Simon & Schuster, New York, 1997.

(13) RIFKIN, Jeremy, *O Fim dos Empregos*. Trad. Port., Ed. Makron, Rio de Janeiro, 1997.

a "automação e a engenharia genética vão reduzir acentuadamente o emprego no campo"⁽¹⁴⁾

Atentos para as perfídias da globalização, muito especialmente da descaracterização dos antigos Estados Nacionais constata-se, visivelmente, a perda de espaço diante das forças globais que impõem limites efetivos à ação dos Estados. Recentemente, sob o impacto da crise asiática, o governo brasileiro foi obrigado a elevar brutalmente as taxas de juros para não sucumbir no jogo da especulação, perdendo vultosas somas em divisas num curto espaço de tempo, entorpecendo o desempenho econômico e agravando de forma indelével o problema do desemprego no país, colocando em xeque a estabilização monetária a altos custos atingida.

Exatamente neste contexto, parece-nos, enquadra-se o processo de regionalização econômica, correspondente à formação dos grandes blocos econômicos, à exemplo da União Européia ou do Mercosul. Escusado dizer que os blocos regionais não são etapas preparatórias, necessárias e positivas rumo à constituição de um mercado global. Equívoco afirmar que "a regionalização é uma globalização em miniatura" e que "quem regionaliza globaliza melhor".⁽¹⁵⁾ A OMC (Organização Mundial de Comércio), cabe velar para que os obstáculos nacionais não sejam simplesmente substituídos por obstáculos regionais. Mas a OMC, como sabemos, responde aos impulsos da tendência hegemônica comandada pelos Estados Unidos, para quem, qualquer acordo comercial entre dois países visando reduzir barreiras alfandegárias, sem incluir os Estados Unidos, significa perda para os norte-americanos e deve ser evitado a qualquer custo. A ideologia do mundo livre e sem barreiras beneficia aos seus criadores, que detêm o poder financeiro e militar para sustentar a expansão de suas exportações industriais e, sobretudo, de serviços.

Para Portugal e Brasil, portanto, ancorar no porto seguro da regionalização é fugir ao mar tenebroso da globalização ou, pelo menos, buscar no coletivo de nações o escudo protetor que garanta uma sobrevivência digna. Nesse sentido, Portugal está muito a frente do Brasil por inserir-se na União Européia que, para além de um mercado comum que liberaliza o trânsito de pessoas, bens e capital, aproxima-se da união econômica com a adoção da moeda única. Se por um lado esta experiência representa o reforço do grupo de países, de sua capacidade regional de defender os interesses da Europa dos 15, não significa, igualmente, a perda de espaço do poder público na condução de sua economia? Os bancos centrais não poderão mais utilizar a taxa de câmbio como instrumento de ação política interna. Isto não representa uma perda significativa?

As metas da integração econômica realizadas na América do Sul, da qual o Brasil participa, são mais modestas. Mas seu significado simbólico é profundo. Em tempos de globalização, quando se vai diluindo o conceito de

(14) RIFKIN, Jeremy, *Folha de S. Paulo*, 25.8.1997, p. 1-4.

(15) FLORÊNCIO, Sérgio e ARAÚJO, Ernesto, *Mercosur. Proyecto, Realidad y Perspectivas*. Editora VestCon, Brasília, 1997, p. 79.

nação, a integração regional se apresenta como o espaço onde a nação do Estado continua a ser essencial. Exemplo concreto é a atuação decisiva dos quatro Estados Latino-americanos constitutivos do *Mercosul*. O início foi titubente, mas as promessas rapidamente se tornaram realidade. As importações empreendidas pelos componentes do bloco cresceram 218% no quinquênio 1990/1995. No mesmo período, as importações originárias da União Européia cresceram apenas 172% e, menos ainda, as provindas do bloco Estados Unidos, Canadá e México, que ficaram em 150%. Estes indicadores demonstram que a união entre os quatro países é um sucesso. O resultado é o crescimento da economia latino-americana em 15% desde 1994, consolidando a posição do Brasil como uma verdadeira liderança econômica, que lhe permitiu resistir sem traumas mais profundos à crise asiática de 1997. Neste sentido, muito cooperou o desempenho comercial com os parceiros do *Mercosul*. O volume de negócios incluindo importação e exportação entre os três parceiros do grupo e o Brasil passou de 3,6 bilhões de dólares, em 1990, para 13 bilhões em 1995.

O país chave e beneficiário maior do processo de globalização não poderia assistir impávido ao crescimento desse bloco econômico sem tentar dele participar. Historicamente obcecados pelo problema cubano, os Estados Unidos assistiram à criação do mais dinâmico mercado da América Latina, capitaneado pelo Brasil. Seu PIB corresponde a 80% da região e o intercâmbio comercial com a Europa é superior ao realizado com os Estados Unidos em 48%. E note-se que, em 1997, 42% das exportações norte-americanas, avaliadas em 286 bilhões de dólares, dirigiram-se para a América Latina, sendo mesmo, no segundo semestre deste mesmo ano, superiores àquelas que foram remetidas para a União Européia. Portanto, um mercado que consome, grosso modo, 40% das exportações americanas, não pode ser desprezado. Precisa ser cultivado.

Isto explica, certamente, a ofensiva liderada pelo presidente Bill Clinton. Munido do instrumental representado pelo *fast track*, tomou-se efetivo a partir de 1º de janeiro de 1994 o NAFTA (Acordo Norte Americano de Comércio Livre). O acordo pretende ser mais do que a criação de uma zona de livre comércio convencional. Ambiciona ser um projeto político e econômico para a aproximação de diferentes sociedades. Sua originalidade está no fato de reunir sob o mesmo teto nações extremamente desenvolvidas e um país emergente. Trata-se de uma difícil equação, cujos resultados somente poderiam ser aqueles que advieram da integração. Para os Estados Unidos dirigem-se entre 60% e 70% de todas as importações e exportações mexicanas, representando os investimentos americanos 60% das reservas mexicanas de capital. É óbvio que o acesso a um mercado que movimenta 7,5 trilhões por ano é uma vantagem. Mas tem também seus aspectos negativos. O confronto entre o gigante do norte e seu irmão fronteiriço resultou num vasto déficit de 22 bilhões de dólares, em 1993, em parte compensado pelos investimentos americanos, déficit este que está na base da crise mexicana de 1994.⁽¹⁶⁾

(16) Idem, *Ibidem*, p. 89.

O passo seguinte da ofensiva norte-americana foi a proposta de criação da ALCA (Área de livre-Comércio das Américas), realizada na Conferência de Cúpula das Américas, em Miami, no ano de 1994. Fixava-se então a data de 2005 como marco limite para a transformação de todo hemisfério numa zona de livre-comércio. Ao mesmo tempo, o presidente americano prometia ao Chile que este seria o próximo país a integrar o NAFTA, uma forma de cercear sua aproximação com o Mercosul. A posição do Brasil foi sempre muito cautelosa, como convinha ao líder da integração na América do Sul. Subordinar-se ao NAFTA, por exemplo, seria ter o mesmo destino do México e abdicar de sua liderança entre os países do Mercosul. Para o Brasil a prioridade fundamental é a continuidade da consolidação do Mercosul, com a atração de novos parceiros como, por exemplo, o Chile, até sua transformação numa Área de Livre Comércio Sul-Americana, que corresponde ao projeto já existente, nascido em 1993, e denominado ALCSA.

Na Segunda Cúpula das Américas, recentemente encerrada, os esforços norte-americanos para viabilizar a união continental foram retomados. É bem verdade que com menos força do que na primeira reunião havida em Miami, no ano de 1994. Desta feita, o supremo mandatário americano não trazia consigo o instrumental decisivo para acelerar o processo, o *fast track*, que permite ao presidente realizar as negociações sem autorização prévia do Congresso. Influuiu na decisão do Congresso americano a oposição dos grupos de pressão que defendem a reserva do mercado de trabalho para os próprios norte-americanos; da mesma forma que outros exigiram a garantia de obediências às normas trabalhistas e preservação ambiental, nos países que se tornassem signatários dos eventuais acordos. Tais exigências jogaram para as calendas a possibilidade efetiva de uma união hemisférica que, se realizada, criaria o maior bloco econômico do planeta pelo seu potencial, reunindo 34 países (excluída apenas Cuba), com 770 milhões de habitantes e PIB de 10 trilhões de dólares. Interessante observar que, por seu turno, os países latino-americanos haviam cumprido sua parte do acordo prévio, pois diminuíram barreiras alfandegárias em acordos coletivos ou multi-laterais, avançaram no processo de estabilização monetária, contendo os processos inflacionários galopantes e, sobretudo, consolidaram suas instituições democráticas.

Consciente de que atrasar a ALCA é dar corda ao Mercosul, Clinton fez de tudo para recompor a liderança norte-americana em setores anclares ao epicentro da questão: a criação de uma área de livre comércio, através da diminuição progressiva das barreiras impostas ao trânsito de bens e serviços, bem como aos investimentos. Por isso foram discutidos temas envolvendo combate à pobreza, ampliação da justiça em defesa dos direitos humanos, reforço estratégico à educação de base, defesa dos ideais democráticos e guerra ao narcotráfico. Diante de países latino-americanos que, pela primeira vez, apresentaram-se unidos em busca de uma relação comercial mais madura, e não simplesmente à procura de acordos diplomáticos favoráveis ou empréstimos, os Estados Unidos tiveram que ceder em vários pontos. A idéia de formar a ALCA pela incorporação dos países

interessados ao NAFTA, malogrou. A agregação se fará pelo princípio da multilateralidade e a ALCA não extinguirá o Mercosul. Ao contrário do desejo americano, não somente Miami será sede das reuniões futuras: as Cidades do México e do Panamá participarão do rodízio. Duas das principais comissões preparatórias serão presididas pelo Brasil e Argentina, exatamente as mais estratégicas, pois cuidam dos temas relacionados com subsídios, práticas antidumping, direitos compensatórios e questões agrícolas. Na etapa final das negociações, prevista para se desenvolver somente a partir de 2002, Estados Unidos e Brasil presidirão conjuntamente as reuniões.

O resultado da Segunda Cúpula das Américas demonstra a maturidade alcançada pelos países latino-americanos. É evidente que o instrumental poderoso de negociação foi a existência do bloco regional liderado pelo Brasil. A existência do Mercosul contribuiu decisivamente para "reforçar a estabilidade democrática no continente, para aumentar a interdependência recíproca de suas economias e para realçar novamente a capacidade de barganha da América Latina no cenário mundial".⁽¹⁷⁾ Detalhe não menos importante é a existência concreta de outras opções, além da integração com o NAFTA, ou seja, a aproximação com a União Européia. É evidente a luta de bastidores entre os Estados Unidos e a União Européia, com vistas ao fechamento de acordos comerciais com a América Latina. Dentro desta perspectiva, o presidente Fernando Henrique Cardoso vê com mais possibilidade, e, reconditadamente interesse, a formação da ALCSA, ou seja, a Área de Livre Comércio SulAmericana, exatamente porque este agrupamento teria mais liberdade para fazer sua opção final, América do Norte ou União Européia.

Os primeiros passos no sentido da aproximação entre a União Européia e o Mercosul foram dados já em 1992, quando foi acertado um acordo interinstitucional de cooperação técnica. Em 1995, firmou-se o *Acordo Marco Interregional de Cooperação*, cuja finalidade era criar as bases para uma futura ação integrada no campo dos transportes, telecomunicações, propriedade intelectual, meio ambiente e combate contra as drogas. Em sua recente visita ao Brasil, o vice-presidente da Comissão Européia, Leon Brittan, confirmou a presença dos países membros do Mercosul, especialmente o Brasil, na *Rodada do Milênio*, prevista para o ano 2000 e que, realizada no âmbito da OMC, deverá preparar o terreno para um acordo de livre comércio entre os dois blocos. A competição entre os Estados Unidos e a União Européia torna-se mais acirrada e o atraso visível da implementação da ALCA, expresso nos resultados da *Rodada Chile*, poderá favorecer a União Européia e esvaziar o projeto ALCA, cuja aceleração prevê-se apenas para 2002.

(17) ALMEIDA, Paulo Roberto, "Os anos 1980: Da nova guerra fria ao fim da popularidade", In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org), *Relações Internacionais Contemporâneas. Da Construção do Mundo Liberal à Globalização. De 1815 aos Nossos Dias*. Editora Paralelo 15, Brasília, 1997, p. 348.

Um bloco intercontinental, formado pela União Européia e o Mercosul, reuniria 19 países, gestando um mercado de 580 milhões de pessoas e um PIB de mais de 8 trilhões de dólares. Seria um dos maiores blocos do planeta.

Que rumo tomará a América Latina, cortejada pelos americanos do norte e pelos europeus ocidentais? A não ser que os norte-americanos abram mão de sua arrogante supremacia, o caminho da Europa é uma possibilidade que se revelará cada vez mais concreta. Os vaticínios sobre o futuro são sempre tentadores, mas extremamente cedidos na história. Mas há ainda uma componente que não se pode desprezar: a da própria história. Fortes relações unem países de fala castelhada à Espanha. Indeléveis vínculos unem o lusófono Brasil a Portugal. A imigração italiana aproxima fortemente argentinos da Itália. É exatamente neste contexto que Portugal e Brasil poderão se reencontrar, reforçando mutuamente seus processos identitários na inclusão intercontinental.

Mas, na hipótese de que ela não venha. De que forma a preservação de suas identidades específicas poderá se dar num contexto de globalização homogeneizadora? E inquestionável que a agilização dos meios de comunicação viabilizados pela informática, robótica, comunicação via satélite, pela Internet e a aceleração nos meios de transporte sejam veiculadores, sobretudo, do universo da indústria cultural fabricada nos Estados Unidos e estendida aos confins do planeta, tenda a reforçar a idéia de uma cultura global no terceiro milênio. A conjugação do poder econômico, tecnológico e militar associado ao império da mídia e da indústria do entretenimento, fílmica ou musical, define o perfil hegemônico e deixa pouco espaço para as manifestações culturais resistentes. Paradoxalmente, entretanto, a idéia de uma cultura americana hegemônica que açambarcará o mundo transformando-o à sua imagem e semelhança, expressa na geração *CocaCola/Nike/MacDonald's*, tem provocado o recolhimento de indivíduos à nostalgia da solidariedade comunitária, à procura de suporte físico, afetivo e simbólico. As grandes redes de comunicação, na sua multiplicidade de canais abertos e pagos, na sua programação ininterrupta, carrega para os centros culturais hegemônicos vivências e cotidianos étnicos e religiosos os mais diversos que, em certa medida, passam a compor o cadinho cultural hegemônico. Isto abre espaço para que as manifestações culturais ditas excluídas sejam incluídas no contexto, a exemplo das experiências cinematográficas ou musicais. A desterritorialização cultural contempla a diversidade e gera terceiras culturas, experiências inéditas e sintéticas. Culturas mais ou menos globalizadas e culturas nacionais tendem a conviver mutuamente, transformando o apelo à experiência histórica em condição virtual da preservação da individualidade social.

Em dois campos simbólicos bem definidos, plenos de criatividade, podemos vislumbrar táticas ardilosas de sobrevivência nacional no contexto da globalização e, mesmo, da regionalização: exemplifiquemos com a arte e a ciência em duas experiências emblemáticas.

No Brasil, há bem poucos anos, a hegemonia da música norteamericana parecia consolidada, imbatível e inexorável. Reinavam absolutos Madonas,

Princes e Jacksons. Mas bastou a explosão da venda de aparelhos de som, algo em torno de 20 milhões desde 1994, fenômeno decorrente do barateamento dos produtos eletrônicos por força da própria globalização e, igualmente, decorrente da elevação da renda mínima da população em função do plano Real, para que músicos e cantores tipicamente brasileiros assumissem a liderança no mercado fonográfico. Três tipos de música, a saber, axé, pagode e sertaneja dominam as vendas. Os cantores ditos populares expulsaram os estrangeiros do mercado, abocanhando 70% das vendas. Sintetizando o imaginário sensual e lúdico da cultura brasileira, o grupo musical É o Tchan, vendeu 7 milhões de unidades de CDs. A tendência poderá reverter, mas neste caso específico percebe-se a imagem estereotipada da globalização, transformada num *deus ex machina*, pois a aldeia local impôs-se à aldeia global. Ser original no campo científico em tempos de terceira revolução industrial, definida pela informática e pela biotecnologia, é quase impossível. Mas pode-se tentar! Lembramo-nos das observações argutas de Jeremy Rifkin para quem na passagem da forma clássica de comunicação para o software, dos recursos combustíveis fósseis para os genes, o ouro verde da próxima centúria, a Amazônia tornar-se-á "o epicentro do mercado genético do planeta" e, o Brasil, será "para o século XXI o que o Oriente Médio, em termos de reservas petrolíferas, foi para os dois últimos séculos".⁽¹⁸⁾ Afinal, qual é a experiência criativa nesse campo tão competitivo?

Pensamos no Projeto Genoma da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Recentemente lançado, representa o maior investimento num só projeto de pesquisa no Brasil (14 milhões de dólares). É também o primeiro projeto desta natureza a ser desenvolvido fora do eixo hegemônico Estados Unidos, Europa e Japão. Articulando uma rede de mais de 30 laboratórios instalados no Estado de São Paulo, gerenciados pela própria fundação, ataca de frente uma área estratégica para o desenvolvimento econômico do país, o da biotecnologia, setor de vanguarda da pesquisa, do desenvolvimento científico e tecnológico, com enorme impacto sobre o desempenho econômico e, em decorrência, de forte componente social.

O organismo escolhido para ser sequenciado foi a bactéria *Xylella fastidiosa*, vulgarmente conhecida como *praga do amarelinho*, que vem dizimando os laranjais paulistas de forma devastadora e tem potencial para ganhar outras plantas de enorme significado econômico, como o café. A praga já atingiu 34% dos laranjais no Estado de São Paulo, que concentra 83% da produção nacional e isto corresponde à parcela maior da produção brasileira que domina, por sua vez, 50% da produção mundial. Espalhados por mais de 200 municípios do Estado, mais de 400 mil trabalhadores operam no setor, produzindo divisas superiores a 1 bilhão de dólares geradas pela exportação de suco e pefelizados. Enquanto os Estados Unidos, segundo produtor mundial de laranja, com 17,8% do total, consome internamente a maior parte do suco concentrado produzido, o Brasil domina 80% da comercialização mundial do produto.⁽¹⁹⁾

(18) RIFKIN, Jeremy, Folha de S. Paulo, 25.8.1997, p.1-4.

(19) MACHADO, Marcos, *Jornal da USP*, São Paulo, 23.11.1997, p. 9.

Conhecer as informações genéticas da bactéria é condição sine qua non para o desvendamento de sua natureza íntima, propiciando aos pesquisadores a *detecção dos meios mais objetivos para o seu combate*. Contendo dois milhões de pares de base, o sequenciamento poderia ser feito por poucos laboratórios, uma vez que o *procedimento já é conhecido*. Também poderia ter sido encomendado a laboratórios especializados localizados nos grandes centros, à exemplo da TIGR, nos Estados Unidos. Preferiu-se, contudo, a via talvez mais demorada e, quiçá, mais dispendiosa: investir na capacitação técnica e profissional de três dezenas de laboratórios, fornecendo equipamentos de informática, pagando bolsas de mestrado e iniciação científica, para instalar, no Estado de São Paulo, um pólo avançado no campo da biologia molecular, capacitados a desenvolver futuramente iniciativas autônomas, com enorme impacto na formação de centenas de pesquisadores.

A idéia de um projeto genoma vinha amadurecendo na comunidade científica da área de genética molecular. Mas, a iniciativa, a rápida agilização dos procedimentos conformes às regras douradas da própria FAPESP, coube ao diretor científico da fundação, José Fernando Perez que, apoiado por sua assessoria agregada por especialistas de gabarito internacional, num curtíssimo espaço de tempo, entre maio e outubro de 1997, estruturou o projeto e o pôs em execução com total respaldo do Conselho da Fapesp e de toda comunidade científica. "A escolha da área de *genomics* foi estrategicamente correta. Esta área promete desempenhar, no próprio milênio, uma influência sócio-econômica e científica, comparável apenas com o papel da informática. Nesse sentido, a *decisão de sequenciar o genoma da Xylella fastidiosa* foi extremamente oportuna, com grande repercussão nacional e internacional. Trata-se do primeiro projeto deste porte a ser executado num país em desenvolvimento, sendo também o primeiro projeto deste tipo com um patógeno de plantas"⁽²⁰⁾

O lançamento do projeto superou todas as expectativas. Quase uma centena de laboratórios de instituições públicas e privadas apresentaram-se, candidatando-se a participar da rede, batizada ONSA (Organization for Nucleotide Sequencing and Analysis). Revelou-se então de forma substantiva o enorme potencial disponível, seja no elenco de presumíveis colaboradores, fosse no âmbito das disponibilidades já instaladas, muito superior ao sequenciamento de um só fitopatógeno. A rede ONSA, que já se inclui entre os cinco maiores centros dessa natureza em todo o mundo, tem capacidade para multiplicar sua capacidade operacional, chamando a si a responsabilidade pela articulação centralizada entre os vários organismos atuando de forma cooperativa, mas fisicamente distribuídas pelo Estado de São Paulo. Nestes termos, a rede ONSA tornar-se-ia um instituto virtual, coordenado pela FAPESP, "potencialmente competitivo com os centros deste tipo existentes no exterior" e que "representa uma nova maneira de fazer ciência".⁽²¹⁾ O projeto da FAPESP foi calorosamente recebido pela impren-

(20) PEREZ, Fernando José. "Projeto Genoma. Conquistas e Oportunidades". Pauta do Conselho Superior da FAPESP, São Paulo, São Paulo, abril de 1998.

(21) Idem, ibidem.

sa especializada. Foi saudado como a mais nova âncora econômica no arsenal de instrumentos à disposição do Estado e da sociedade para promover o desenvolvimento do país. Ao lado das já conhecidas formas de manipulação econômicas, como as âncoras monetárias, fiscais e cambiais, emerge com um significado todo especial a âncora científica.¹²²

O Projeto Genoma carrou sinergias ilimitadas. Estimulou a Fundação a ampliar os recursos disponibilizados, a incorporação de novos laboratórios à rede de sequenciamento, assumindo novos projetos:

O *Projeto Genoma da Cana-de-Açúcar*, de impacto econômico e social inestimável, com estreita cooperação das empresas do setor, articuladas pela Copersucar; o *Projeto de Anatomia Genômica de Câncer*, proposto pela comunidade científica paulista, reforçando o *Projeto Genoma Humano*, HUGO, que prescinde de justificativas. Toda ajuda será, certamente, bem-vinda. O mapeamento do DNA humano iniciado em 1990, com término previsto para 2005, realizou até aqui somente 3% da tarefa imensa implícita no sequenciamento genético humano, três mil vezes maior do que uma bactéria como a *Xylolela fastidiosa*. A estratégia é definir três tipos de tumores de maior incidência na população brasileira, atendendo ao pressuposto de que os projetos apoiados pela FAPESP concentrar-se-ão nas ações de maior impacto econômico e social, em setores considerados prioritários, tais como saúde, agricultura, meio-ambiente, ou que encerrarem elevada densidade científica.

Não se esgota aí. Aberto às iniciativas da comunidade científica, das lideranças empresariais, dos gestores públicos, prevê-se o acolhimento de sugestões cientificamente consubstanciadas em projetos de sequenciamento genético de parasitas, de vírus, de bactérias animais ou de infestação humana. Mais do que isto, o projeto não é excludente. Pelo contrário, está aberto a pesquisadores de outros estados da Federação. Vai além. Busca a cooperação de pesquisadores em países irmãos, especialmente em Portugal onde, sabidamente, existe um contingente significativo de pesquisadores na área de biotecnologia que, certamente, poderão integrar os projetos ora em curso ou que vierem a ser desenvolvidos. Esta é uma forma objetiva, concreta, para agilizar nossos esforços de reaproximação que, ao mesmo tempo, darão alvivez à nossa identidade e solidez à nossa presença nos blocos regionais. Iniciativa neste sentido já foi tomada pela FAPESP, ao remeter à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e ao Instituto de Cooperação Internacional, de Portugal, o Projeto Genoma, visando o estreitamento da cooperação científica entre nós. Assim se tece a história, na trama urdida pelo passado.

(22) Âncora Científica. Folha de S. Paulo, 11/10/97, pág. 1-2. Editorial.